



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia dois de maio de dois mil e dezessete, às nove horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: José Guedes – Presidente, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo – Vice-Presidente e Alessandro Luiz Bonifácio – 1º Secretário. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. O Senhor Presidente, sob a proteção de Deus e em nome do povo nova-limense, declarou aberta a reunião. Em seguida, convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Logo após, comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia vinte e cinco de abril de dois mil e dezessete foi encaminhada aos gabinetes para os vereadores conferirem-na. Colocou-a em discussão, nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou a Ata por oito votos. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça, e de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.631/2017, autoria dos vereadores Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo e Fausto Niquini Ferreira, que “Altera a Lei Municipal nº 2.441, de 10 de junho de 2014 e dá outras providências”. As comissões emitiram parecer favorável à tramitação do projeto. 2) Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça, e de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.632/2017, autoria dos vereadores Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo e Fausto Niquini Ferreira, que “Altera a Lei Municipal nº 2.475, de 17 de outubro de 2014 e dá outras providências”.



As comissões emitiram parecer favorável à tramitação do projeto. 3) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.633/2017, autoria do vereador Wesley de Jesus Silva, que “Determina o plantio de árvores frutíferas em 10% das áreas verdes como mais um critério de aprovação de loteamentos de solo em Nova Lima e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. 4) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.634/2017, autoria do vereador Wesley de Jesus Silva, que “Determina o cadastramento de pessoas desaparecidas na cidade de Nova Lima e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. 5) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.635/2017, autoria do vereador Wesley de Jesus Silva, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas mineradoras do município de Nova Lima de informar ao Poder Executivo Municipal o tempo de vida útil de exploração e exploração da mina, bem como eventuais paralisações de suas atividades e desligamento de mão de obra em grande escala, dando outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. 6) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.636/2017, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de se afixar em lugar visível lista de profissionais de saúde em estabelecimentos públicos que menciona e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. 7) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao



Projeto de Lei nº 1.637/2017, autoria do vereador Tiago Almeida Tito, que “Altera a Lei 2.002, de 11 de julho de 2007 para dar nova denominação à Rua Horácio Barbosa e denomina a via pública que menciona”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. 8) Parecer da Comissão Especial referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 346/2017, autoria do vereador José Carlos de Oliveira, que “Concede o Título de Cidadã Honorária de Nova Lima à Senhora Maria Antônia das Graças”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Senhor Presidente: “antes de iniciar a segunda parte, eu gostaria de fazer aqui um relato. Recebemos hoje vários nova-limenses em nossas galerias que devem ser contemplados com a Lei Municipal Promulgada nº 34. Pedimos, assim, ao senhor prefeito e à Secretaria de Trânsito e Transporte a aplicação imediata da Lei. Explicar melhor, ano passado o pessoal nos procurou, o pessoal do transporte escolar, dos carros pequenos e eu imediatamente convidei o vereador Flávio para participar da reunião. E nós dois empenhamos muito sobre essa lei, ela foi votada aqui na Câmara por unanimidade, enfim, em três meses a lei ficou pronta, só que o pessoal... A lei está aqui. O pessoal, a partir da promulgação da lei, eles começaram a ser perseguidos pelas pessoas que são proprietárias de vans. Se tem uma lei municipal vigente, nós lutamos muito por essa lei, a crise do emprego no Brasil, são treze milhões de brasileiros desempregados. Nós conversamos com o pessoal da van, não me recordo muito bem, me parece que o pessoal da van só tinha uma senhora que estava contra. E pelas informações, essa pessoa 19:23 está correndo...



Filmando, tentando prejudicar o pessoal, filmando o pessoal transportando os alunos. A lei é muito clara, tem as exigências, terão que cumprir. Eu não vejo nada demais nisso. Vou passar aqui... Pedir ao Plenário permissão para o Flávio fazer uma explanação. Eu acho que uma lei votada pela Câmara, ela sendo sancionada pelo prefeito... Promulgada pelo prefeito, ela é uma lei. Então, para revogar essa lei tem que fazer outra lei. E eu acho que a Câmara não vai fazer isso porque as pessoas que trabalham, conheço todas, são pessoas que precisam trabalhar, pessoas que foram desempregadas e acharam esse caminho, conheço várias. E colocar, a pessoa não tem condições de comprar uma van, que é muito cara, ela usa os carros pequenos. E até hoje, esse tempo todo, não teve sequer, nessa Câmara Municipal, uma recusa dessa pessoa, uma reclamação. E das vans já vieram, esqueceram crianças dentro do carro. Então, já vieram aqui na Câmara reclamando. Então, eu acho que eles não têm esse direito de querer atropelar uma lei. Nós vamos brigar por essas pessoas e convido a todos os vereadores... Foi feito no passado, os vereadores estavam cientes, tem a lei, vou pedir à secretaria aqui para xerocar essa lei e passar para todos os vereadores. Então, eu vou passar a palavra para o Flávio". O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: "o Senhor me dá um aparte, Presidente, antes do Flávio? Flávio, posso?". O Senhor Presidente: "perfeitamente". O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: "bom dia, plenário. Bom dia, senhores vereadores, TV Banqueta. Presidente, esta lei foi de autoria nossa, do vereador José Geraldo Guedes, Dr. Fausto Niquini e Soldado Flávio de Almeida". O Senhor Presidente: "sim". O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: "certo? E eu acho que agora nós podíamos pedir



um requerimento, mas marcássemos com todos do transporte escolar, de veículos leves, com o prefeito e com o rapaz que faz o cadastramento lá e com o Dr. Juarez que é o Secretário de Segurança, para tirar essa dúvida. É o que eu já falei há poucos meses aqui, eles têm que cumprir a nossa lei, prerrogativa da Casa, é uma lei. Respeito todos os motoristas das vans, mas gente, nós estamos numa crise, desemprego. Queria que respeitasse o pessoal, eles estão trabalhando. Os pais, as mães estão com autorização, eles não estão fazendo nada clandestino não. O pai e a mãe os autorizou a pegar os filhos deles, eles têm cadeirinha, que eu já observei, já fui nas portas das escolas, eu já vi, todos os veículos leves têm as cadeirinhas. Então, Senhor Presidente, Soldado Flávio vai falar agora, Dr. Fausto Niquini, é nós fazermos uma reunião com o prefeito ou um requerimento, não sei o que, ou marcar uma reunião e levá-los até ao prefeito. E por que também? Porque mudou também de prefeito. Talvez o nosso prefeito atual agora, que é o Vítor Penido, não está sabendo da situação da lei, como que foi, que é um trabalho sério, é um trabalho respeitado, tem autorização dos pais e das mães. Então, eu acho que Nova Lima é grande, é igual coração de mãe, cabe para todo mundo trabalhar, eu acho que todo mundo tem condições de prestar o seu serviço tranquilo. E ninguém desmerecendo ninguém. Agora, o que eu vi aqui, uns vídeos, um áudio que estou vendo aqui, isso aqui, gente... A gente não sabe o dia de amanhã não. Dono de van aí mandando áudio, querendo fiscalizar os pais de família que estão trabalhando, lutando pelo seu ganha pão? Queria ver se estivessem roubando van, se estivessem roubando supermercado, aí sim, mas eles estão trabalhando. Então, vou pedir, vamos nos unir,



gente. Nova Lima está precisando é disso. A economia não está boa para o Brasil todo, nós estamos vendo aí. Então, com todo respeito ao pessoal das vans, deixem o pessoal dos carros leves trabalhar tranquilos, com dignidade e dentro da lei, dentro do projeto que foi cumprido, tem até uma emenda do vereador Silvânio Aguiar. Então, Senhor Presidente, vamos tentar marcar com o prefeito, com o Secretário de Segurança, com o Maurício que é responsável lá no departamento de trânsito e com todos, que eu já sei quem são todos os cadastrados, com o prefeito, para que cumpram a lei que o nosso município tanto trabalha, a Casa Legislativa faz. Obrigado, senhor vereador”. O Senhor Presidente: “eu quero responder ao vereador Coxinha que o prefeito Vítor Penido sabe sim. E que eu já determinei para fazer um ofício para o prefeito para marcar a reunião conosco e com o pessoal do transporte. Com a palavra o vereador Flávio”. O vereador Flávio de Almeida: “bom, Senhor Presidente, acredito eu que se existe um conflito entre eles é por quê? Porque o país não é sério, o estado não é sério e o município não é sério, porque se tivesse colocado a lei para funcionar igual ela fala, não tinha mais conflito. Mas nós temos o poder de que? De estar sempre passando a bola adiante. Esta Casa hoje tem um papel fundamental, não de reunir, mas sim de exigir o cumprimento da lei. Cumprindo a lei, acabou o problema. Vai todo mundo lá com seus carros, vão ser fiscalizados e vão rodar. Mas enquanto a gente ficar pedindo mais uma reunião, mais uma reunião, o Poder Legislativo fica só enfraquecido, porque o poder que faz uma lei, o poder que determina como que vai funcionar essa lei, a lei não é executada e nós pedimos mais uma reunião, mais uma reunião. Aqui tem cinco vereadores que votaram



no passado, então, nós deveríamos estar hoje junto com a Mesa Diretora exigindo o cumprimento da lei, porque são pais de família querendo trabalhar. Mas tem um conflito entre eles, mas a falta do cumprimento da lei é que causa o conflito, porque se estivessem cumprindo a lei, eles não estavam em conflito, não tinha briga. Então, Senhor Presidente, um país onde a gente vê cortando direito do trabalhador, um estado que permanece como se não estivesse cortando os direitos, não reage, e um município que faz de conta. Essas são as leis do Brasil. Outro dia eu ouvi um deputado dizer que falta lei no país; não, falta seriedade, falta compromisso com o resultado. Então, Senhor Presidente, eu acredito hoje que se esta Casa exigir o cumprimento da lei está resolvido o problema de todo mundo. Obrigado”. O Senhor Presidente: “eu quero dizer o seguinte, o que o vereador Flávio disse sobre o cumprimento das leis é uma decepção para este vereador que sou o mais antigo aqui. Geralmente, determinados prefeitos não estão nem aí para as leis, por exemplo, eu sou o autor da Lei do Silêncio. Esses carros barulhentos passam, a minha casa essa noite tremeu, de madrugada. É apreender os carros e multa em cima, a lei está aí. A Lei das Carretas, é para rodar de vinte e duas as seis, foi aprovada, lei minha, porque é um absurdo o que está acontecendo aqui em Nova Lima. As carretas... Só porque eles são ricos? Eles estão rodando aí, direto e reto. Você pega duas, três carretas na estrada aí e o trabalhador que tem que chegar lá? Tem horário marcado? Então, a lei é de vinte e duas, eu vou continuar falando o tempo todo. E tem mais leis de minha autoria aí que elas não são cumpridas e de outros vereadores também. Então, nós temos é que agir, a Câmara tem que agir, conversar menos e agir



mais e denunciar os infratores. Então, nós estamos aí é para isso, vereador é para fiscalizar, em Nova Lima está sendo o contrário. Tem uns casos aí que eu estou sabendo, mas eu gosto das coisas no papel, a prefeitura está fiscalizando vereador, tem que fiscalizar vereador. Isso é um absurdo. Semana passada aconteceu um fato aqui em Nova Lima que eu estou correndo atrás, é um absurdo, é um absurdo. Os vereadores não podem fazer isso não, os vereadores têm que dar bom exemplo. Então, nós vamos dar o apoio”. O vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “Senhor Presidente, pela ordem”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador...”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “eu”. O Senhor Presidente: “Fausto Niquini”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “já que hoje nós estamos... Bom dia à Mesa Diretora, bom dia vereadores, bom dia público presente e público que nos assiste na TV Banqueta. Já que nós estamos falando de cumprimento de lei, eu gostaria... Infelizmente, o último governo ignorou uma lei de autoria minha e da vereadora Ângela Lima, da obrigatoriedade da avaliação oftalmológica nas crianças na idade escolar. E, por sinal, semana passada, eu atendi duas crianças da rede municipal de ensino e essas duas crianças... Era muito importante que elas fossem, elas precisavam de uma avaliação pelo seguinte: elas tinham ambliopia. Ambliopia é a baixa de visão no olho por não ter sido estimulado esse olho. E nós sabemos que até os doze anos a gente tem como estimular esse olho, você faz a refração, passa o óculos para a criança e, seis horas diárias, você deixa uma oclusão nesse olho bom, vamos chamar assim, para que ela estimule esse olho preguiçoso. E é importante isso, por quê? Porque nós sabemos que lá



no futuro, depois, essa criança quando fizer dezoito anos, se ela tiver uma baixa de visão no olho, ela não poderá tirar as categorias de habilitação C, D e E, não poderá prestar concurso para a Polícia Militar e entre outras. Essas grandes empresas hoje, todas estão pedindo avaliação da acuidade visual e isso, com certeza, cada vez mais, será obrigatório. Então, vocês vejam bem a importância de essas crianças serem avaliadas na idade escolar. Então, fica aqui o meu pedido, Senhor Excelentíssimo Senhor Prefeito Vítor Penido. Não é um pedido não, é uma imploração, estou implorando ao senhor que o senhor, a partir de agora, avalie bem e faça acontecer, faça valer essa lei, de autoria minha e da vereadora Ângela Lima, para que essas crianças possam ser avaliadas, possam passar por uma avaliação oftalmológica. Fica aqui a minha imploração. Muito obrigado”. O vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Eu ouvi os dois grupos que, inclusive, estão em plenário, estão hoje aqui assistindo essa sessão plenária e de ambos os lados... Que eu acho que a função do vereador é ouvir. A maior reclamação deles é a falta de transparência na seleção dessas placas. Então, eu resalto a necessidade da proposta aqui pelo Alessandro Coxinha, no intuito de fazermos uma reunião com o prefeito e o Secretário de Trânsito de Nova Lima, no intuito de que nós venhamos esclarecer para eles quais foram os requisitos para autorizar umas placas e outras não e deixar mais claro. E foi pontuado, e eu estou lendo aqui o artigo treze, inciso segundo da lei, ‘os prestadores de serviços de transporte escolar terão 180 dias para adequações a esta lei’. E parece que existe uma interpretação hoje do representante do local de que esse seria o prazo para se adequar aos critérios que são exigidos na lei,



que depois disso não poderia mais. Então, seria muito importante essa reunião no intuito de buscar um esclarecimento, porque lei se interpreta e aí vai de quem está fazendo essa interpretação. Seria muito importante, tanto para eles, quanto para esta Casa, que tem a função de fiscalizar, mas após legislar sobre o fato, cabe aí ao Poder Judiciário fazer cumprir a lei. Então, eu corroboro no sentido aí, engrosso as palavras do vereador Alessandro Coxinha no intuito de fazer essa reunião para buscar esclarecimento junto à Secretaria de Segurança”. O vereador Flávio de Almeida: “o senhor me concede um aparte?”. O vereador Wesley de Jesus Silva: “à vontade, vereador”. O vereador Tiago Almeida Tito: “o senhor me dá um aparte?”. O vereador Flávio de Almeida: “é só para conhecimento, quando fala de 180 dias, essas pessoas estiveram lá no prazo certinho. É só para conhecimento, quando vocês forem reunir, eles estiveram lá no prazo certo, todos eles estiveram no prazo certinho e a forma que fizeram lá é a qual está a situação hoje. Mas eles fizeram tudo legal, cumpriram a lei, foram, procuraram, todos eles. Inclusive, gastaram dinheiro fazendo cursos, sabe? Então, é só porque às vezes o senhor não tinha esse conhecimento”. O vereador Wesley de Jesus Silva: “não, eu tenho esse conhecimento e vou falar com o senhor que a coisa é um pouco mais grave, porque é o seguinte: tem gente que faz transporte há vinte anos e não conseguiu o licenciamento, e que faz transporte há vinte anos. Então, é importante esclarecer esses critérios que foram estabelecidos para a escolha dessas placas e o real motivo pelo qual não se está cadastrando novamente”. O vereador Flávio de Almeida: “é só para lembrar na reunião que eles estiveram lá no prazo legal”. O vereador Wesley de Jesus Silva: “ok”. O



vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente”. O vereador Tiago Almeida Tito: “o senhor me dá um aparte?”. O Senhor Presidente: “eu gostaria de salientar que eu ando muito na estrada, na BR, nós andamos muito aí, nós rodamos muito. É um absurdo uma carreta com trinta mil toneladas, trinta mil quilos, fazer cento e vinte, cento, passar do lado do seu carro, até balança o carro. Moto, então, vai tudo para o meio do mato. Então, além disso tudo, os caras estão botando o pé no acelerador. Onde estão as autoridades para apreender a carreta? Quando apreender uma meia dúzia aí, vai consertar. Eu já denunciei várias vezes o negócio da velocidade que é de estarrecer, vai causar muita morte aí, acidentes gravíssimos, a gente está avisando. Então a Câmara, nós não temos meios para apreender, nós temos meios sim para mostrar às autoridades que o que eles descem lá naquele Trevo dos Cristais é brincadeira, na estrada de Santa Rita é brincadeira, eles não estão nem aí. E... Acho que eu não vou falar não”. O vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente”. O Senhor Presidente: “pelo estado de alguns motoristas. Eu vou ficar quieto”. O vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente”. O Senhor Presidente: “isso não é vereador que tem que olhar, quem tem que olhar são as autoridades. Pela ordem, vereador Wesley de Jesus”. O vereador Wesley de Jesus Silva: “só deixar esclarecida uma coisa aqui, senão depois as pessoas começam a pensar que esta Casa tem poder para impedir carreta de passar na MG-030. Só a título de esclarecimento, a MG-030 é regularizada pelo órgão estadual, nem o Poder Executivo, nem o prefeito e nem os vereadores têm poder de fazer nenhuma fiscalização e muito menos legislação para



proibir ou limitar o trânsito de carretas na MG-030, a MG-030 é de competência do estado. Dentro da cidade e nas vias que são nossas, realmente nós temos aí toda capacidade para isso. Claro que nós temos condição de fiscalizar, nós temos condição de pedir, nós temos condição de conversar com o DER, mas legislar sobre isso nós não temos. Só estou pontuando isso para... Eu tenho recebido muito questionamento quanto essas carretas também e é o posicionamento que eu tenho passado para as pessoas que têm me procurado”. O Senhor Presidente: “a gente não está tentando proibir ninguém de nada, a Lei Municipal é de vinte e duas às seis e acabou, e acabou. Nós temos poderes para isso sim, mudar horários, nós podemos sim. Nós não estamos pedindo para impedir e desemprego de ninguém não. Eu fui massacrado aí quando fiz essa lei, falando que eu queria acabar, eu não quero acabar com nada não. Eu estou prevenindo o que pode acontecer. Uma carreta passa lá em Santa Rita, passa lá no Trevo dos Cristais. Nós temos que olhar a nossa cidade sim. Pega ali na Xurupita, cinco carretas, você vai chegar... Daqui a Belo Horizonte trinta minutos, chega em uma hora e meia, porque não tem como passar em horário de pico. Então, eu fiz essa lei pensando nos horários de pico. Mesmo que nós não tenhamos poderes para certas coisas, mas a gente tem que correr atrás. Então, que eles façam as leis lá. É do DER? DER não vale nada. Tem vinte anos que eu peço uma passarela lá. Roubaram a nossa passarela lá nos Cristais. Já morreram quatro e vai morrer mais, vai morrer mais. Eu tenho certeza, pelo o que vejo ali, eu sou da região. Então, que eles façam as leis. Não fazem nada. País indecente, imoral. País que para o pobre nada. Ontem foi o dia do trabalhador, que vergonha. Oh,



vergonha que eu tive, vergonha. Então, com a palavra...”. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “pela ordem, Presidente”. O Senhor Presidente: “vereador Álvaro”. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “ambos, se assim me permitirem chamar, bom dia a todos, em primeiro lugar. Se assim me permitirem, respeitosamente, não é segregando aqui não, mas existem dois grupos aqui e eu acho que eles vieram e eles querem resposta desta Casa. Existem aqui dois grupos de transportadores de escolar que fazem esse serviço de forma particular. Eu concordo com todas as opiniões aqui que foram colocadas e eu já solicitei por diversas vezes que a secretaria competente, no caso, Segurança, Trânsito e Transportes, faça cumprir a legislação porque, em primeiro lugar, existem transportadores de cooperativas contratados pela prefeitura para fazer transporte das escolas municipais, ou seja, a prefeitura paga por isso e no caminho esses transportadores também fazem transporte particular; isso não é permitido. Então, cabe à secretaria, através dos agentes, doze, se não me engano, que estão sendo formados agora, agentes de trânsito, se não me engano, daqui duas semanas já estarão nas ruas fiscalizando e fazendo essa legislação ser cumprida. Então, também cabe à Secretaria de Educação informar, chamar os transportadores para conversar e explicar que eles, enquanto contratados pela prefeitura, não podem, de forma alguma, fazer transporte particular, e isso acontece diuturnamente. Estou falando bobagem, gente? E que essa lei seja cumprida. A partir do momento que as pessoas se credenciam para terem o direito de executarem esse serviço, que a secretaria... E aí, que não me venham... Eu já disse isso lá, por isso que eu me sinto à



vontade para falar aqui: ‘ah, o servidor está de férias, não pode fazer o credenciamento’.

Ah, então o mundo tem que parar porque o servidor está de férias? E enquanto isso, as pessoas que querem trabalhar de forma honesta estão se sentindo clandestinos porque não conseguem ter o direito de trabalhar. E aqui fica uma solicitação para o secretário de segurança, que na ausência de um servidor de férias, coloque outro no lugar que saiba responder à altura porque senão, gente, daqui a pouco... E aí eu quero até cumprimentar vocês porque vocês estão de forma civilizada aqui no Plenário, porque eu confesso que eu achei que ia dar um início de confusão e eu quero cumprimentar vocês porque estão aqui de forma pacífica e civilizada, reivindicando o direito de vocês e também sabendo ouvir. Isso é democracia: saber falar, mas também saber ouvir. Então, vocês têm o compromisso, acredito que de todos os vereadores desta Casa, de que o quanto antes faça uma reunião tanto com o secretário, quanto com o prefeito, para que essa lei saia do papel e seja cumprida de uma vez por todas, porque quem quer trabalhar tem que ter o direito de trabalhar, não é? E que a prefeitura também possa verificar essa questão dos transportadores que já são contratados pela prefeitura, porque tenho certeza que eles estão tirando boa parte da clientela de vocês. E aí vocês estão rodando com carros vazios porque quem já recebe para fazer, quem já recebe da prefeitura para fazer o serviço está tirando também boa parcela do mercado aí que competiria a vocês transportarem”. O vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente. Bom dia, colegas vereadores. Bom dia, público presente. Bom dia a todos aqueles que nos assistem pela TV Banqueta. Eu recebi a lei aqui agora e aí estou aproveitando que está todo mundo



falando aqui, eu estava lendo e acompanhando os pronunciamentos e o Coxinha foi muito feliz na fala dele de... A gente vive numa crise muito grande na questão do emprego, a gente tem que arrumar formas de contribuir para que possam ser ofertadas mais oportunidades. E eu li a lei aqui, vou até dar os parabéns a vocês, autores da lei aqui, que ela está muito clara, ela é muito clara e eu não sei qual é a... Parece que a discussão e me desculpem pelo desconhecimento da causa, a discussão toda é a questão do cumprimento da lei junto à Secretaria de Segurança, junto ao Executivo. Porque, para mim, eu fui marcando aqui, inclusive, assim, o carro particular tem que ter identificação igual ao carro da van, está colocado aqui, apesar que eu nunca vi nenhum carro particular com a identificação de transporte escolar, mas a lei fala que tem que ter também. Fala que vai fazer uma média em relação ao IBGE, que aí vai saber o número de vagas que vão estar disponíveis pela cidade. Fala a questão que depois da autorização dada pelo Executivo, vai ter um selinho colado nos carros para identificar. Então, assim, a lei muito bem feita e, inclusive, fala do prazo de seis meses que era para as pessoas se inscreverem. Ou seja, aí eu não sei se houve ineficiência por parte do Executivo, mas se realmente for cumprir essa lei na risca, os seis meses em relação à data da lei já se exauriram, já se exauriu”. O vereador Flávio de Almeida: “eles estiveram lá”. Alguém da plateia se manifestou. O vereador Tiago Almeida Tito: “aí está um erro administrativo mesmo e tem que ver onde houve a falha e parece, parece não, tenho certeza que a falha não foi na legislação porque a legislação está muito bem feita, a Lei nº 34 é muito bem feita. E também tendo a preocupação dos motoristas de vans, carros



maiores, porque também rodar com carros com seis, nove pessoas, vai quebrar todo mundo. Então, o que precisa ter? E aí o Flávio falou muito bem, é a gente exigir o cumprimento da lei, se ela realmente não foi cumprida dentro do prazo, tem que se abrir uma excepcionalidade, sem dúvida nenhuma, para que se adeque, desde que seja comprovado. Agora, aqueles que aderiram, fizeram o protocolo dentro do prazo que estava a lei, não tem nem que se discutir, eles estão dentro, eles estão dentro. Agora, gente, eu acho que vocês fazem parte, quem está de um lado e quem está do outro, da mesma categoria que é transporte escolar. É muito bacana a forma civilizada igual o Álvaro falou que vocês estão e vocês precisam também se unir entre vocês porque vocês estão buscando a mesma coisa, que é a manutenção do emprego de vocês. Eu acho que isso que o comum acordo e aí vocês podem contar comigo para que se tenha o cumprimento dessa lei. Nada de populismo, nada de mobilizar pessoas para falar contra ou pró. Então, se vamos seguir, vamos seguir a lei que está vigente e é essa que a gente tem que cumprir. Muito obrigado, Senhor Presidente”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “Senhor Presidente, eu até gostaria de sugerir porque a gente está vendo que é um assunto bem complexo, acho que a gente poderia convidar o secretário de transportes para que ele viesse aqui na Câmara esclarecer para a gente”. O Senhor Presidente: “vereador, nós fizemos um ofício porque eles vieram há uns quinze dias aqui na Câmara, nós fizemos um ofício para nós reunirmos com o prefeito e com o secretário no gabinete do prefeito. Se quiser mudar para virem aqui na Câmara, não tem problema nenhum. Pedir ao secretário para anotar isso aí e nós podermos convidar o



prefeito para vir aqui e o secretário, ok?”. O vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “podia fazer um requerimento, então, Dr. Fausto”. O Senhor Presidente: “por favor...”. O vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “um requerimento convocando o Dr. Maurício, Maurício é o responsável da área lá, Dr. Juarez e um representante do Executivo”. O vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente”. O vereador Tiago Almeida Tito: “convidando, não é?”. O vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem. Eu acho que ficaria mais rápido e célere se o prefeito nos recebesse no gabinete dele, com o secretário e uma comissão de ambos os grupos. Ficaria muito mais rápido do que emitir uma convocação, até porque é um convite, não é uma convocação, nós não vamos convocar o secretário de segurança e o prefeito para falar de um assunto que é automaticamente administrativo. Então, acho que é mais generoso da nossa parte e mais rápido, porque nós precisamos dar uma solução rápida para isso, se o prefeito receber ambas comissões com os vereadores. Sugestão”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Vossa Excelência...”. O Senhor Presidente: “a sugestão do vereador...”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Vossa Excelência, como líder do governo, consegue marcar essa reunião? Porque aí dá para tirar essa dúvida”. O vereador Flávio de Almeida: “vereador Alessandro, vereador”. O Senhor Presidente: “Coxinha, um momento aí”. O vereador Flávio de Almeida: “vereador”. O Senhor Presidente: “a Câmara já pediu por escrito essa reunião, já está com o prefeito lá, já está na prefeitura, isso deve ter uns dez dias. Nós estamos



aguardando a resposta. Nós agimos, já tem ofício”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, eu posso dar uma opinião?”. O Senhor Presidente: “pode, sim senhor”. O vereador Flávio de Almeida: “eu acho que o país está cansado disso, dessas coisas. As pessoas aqui, poucas que falaram, elas foram tranquilas, transparência. Faz a reunião aqui, as pessoas participam, todo mundo. O Plenário grande, olha para você ver que maravilha, eles participam, o secretário, diga-se de passagem, não tem dificuldade nenhuma de reunir com o povo, hora nenhuma, cansou de reunir no Fórum, dificuldade nisso não. Reúne aqui, já resolve isso. Eu tenho certeza se ligar para o secretário hoje, ele marca a reunião para essa semana ainda, não tem dificuldade nisso não, gente”. O Senhor Presidente: “não tem não”. O vereador Flávio de Almeida: “então, aqui, vamos pegar essa mensagem do cidadão ali: transparência. Olha que bacana, num país onde a imundice tomou conta, vamos ser diferentes, vamos trazer a reunião para cá, o secretário não tem dificuldade de vir aqui não. É só uma opinião”. O Senhor Presidente: “então fica decidido que será aqui. Pelo o que eu notei aí o pessoal está querendo que a reunião seja aqui, não tem problema nenhum. Já pedi à Dra. para retificar lá”. Dando continuidade, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Resolução nº 147/2017, autoria dos vereadores Fausto Niquini Ferreira, Flávio de Almeida, Ederson Sebastião Pinto e Tiago Almeida Tito, que “Modifica a redação do art. 172 da Resolução Legislativa nº 09/90, que contém o Regimento Interno da Câmara Municipal de Nova Lima e dispõe sobre o seu funcionamento”. E m primeira votação. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Presidente, questão de ordem. A minha



emenda verbal é que colocasse no mínimo três Títulos esse ano, por a Legislatura começar agora, pelo menos três Títulos esse ano e a partir de ano que vem seja um, mas como vários vereadores entraram agora, a Casa é novata. A minha emenda é que colocasse em votação por ser três Títulos esse ano”. O Senhor Presidente: “já foi acordado aqui que seria um”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “não, minha emenda, é minha emenda. Tem que pôr em votação”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, a minha fala também tem a ver com esse projeto, o senhor me permite?”. O Senhor Presidente: “sim, senhor”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “minha emenda vai ao contrário do vereador Alessandro Luiz que coloca mínimo de três, eu gostaria, na verdade, de colocar o máximo de dois porque quando você coloca mínimo de três quer dizer de três para cima qualquer coisa serve. Desculpa, vereador, talvez é até uma questão de interpretação. Mas eu gostaria de fazer uma emenda, que a gente limitasse o número desse tipo de homenagem a duas ao ano, ao máximo, exatamente. Sim, mas o seu é o mínimo, não é? Ah, tá. Perfeito. Vamos fazer dois, aqui tem muita gente que gostaria que fossem dois, eu penso que... A lei passa a valer...”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “a validade da lei é a partir da data dela”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “é para frente”. O Senhor Presidente: “como ficou decidido?”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “a emenda então seria dois Títulos ou duas homenagens, aqui a gente está falando do Título”. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “com todo respeito aos colegas Coxinha e Silvânio, eu estou chegando agora, mas eu acho que tem que ser um só por ano. Então, já até antecipando



o meu voto, eu voto pela manutenção do texto original do projeto”. O Senhor Presidente: “eu voto para um porque contenção de despesas, houve excessos aqui na Câmara, até oito Títulos por ano, dez de um vereador. O negócio virou brincadeira. Então, a minha opinião é que seja um, quatro Títulos em quatro anos está bom demais. Tem que escolher, estudar o que a pessoa fez para a nossa cidade. Um está de bom grado para este vereador aqui”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “Senhor Presidente, eu faço parte desse projeto e nas minhas andanças comunitárias, todo dia vem um cidadão me dizendo da perda de tempo dessa Casa com tantas homenagens e inúmeras ofertas de Títulos de Cidadania Honorária. Então, eu, o vereador Flávio, o vereador Kim e o Tiago decidimos entrar em conjunto com esse projeto porque, por exemplo, se um vereador indicar cinco homenageados por ano, no final do nosso mandato serão duzentos homenageados. Então, o projeto é a indicação de um homenageado. Um homenageado, no final do nosso mandato estaremos homenageando quarenta pessoas. Então, eu acho que é justo, acho que não tem necessidade de mais do que isso. Se quiser fazer muita homenagem, convide as pessoas queridas e façam num outro local particular. Porque às vezes as pessoas não sabem, mas o homenageado recebe uma placa, tem outros gastos na Casa. Então, fica aqui, eu já antecipo meu voto, o meu voto é como está no projeto, eu voto por um”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu retiro a minha emenda”. O Senhor Presidente: “eu nesses vinte e quatro anos meus aqui, se foram dez em vinte e quatro anos, foi o máximo. Eu escolhia a dedo. Então, o negócio aqui virou política, homenagear certas pessoas virou política, pessoas



eu vejo que nunca, jamais, em tempo algum, fez um ato em prol de Nova Lima são homenageadas. Então, eu sou por um. Eu vou colocar para o Plenário decidir porque é mais democrático”. O vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, eu pedi questão de ordem aqui antes”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu também gostaria de questão de ordem”. O vereador Tiago Almeida Tito: “eu assinei junto aí nesse projeto e, do mesmo jeito que o Fausto conversou e tem escutado, eu também escutei muitas pessoas reclamando até da banalização da questão da entrega do Título para algumas pessoas, sem o cidadão conhecer a relevância do serviço dele prestado à cidade, porque a honraria honorária aqui é exatamente que a pessoa que veio de fora e prestou serviços consideráveis para a comunidade, seja em qualquer esfera, religiosa, cultural, social, enfim, econômica. Mas eu estava repensando e, aí como autor, eu confesso que eu estou voltando, que eu acho que não ter quantidade máxima é um problema mesmo porque acaba que aí cada um pede, a pessoa vai perdendo o freio, vai indicando, indicando, indicando, mas também acho que um seria muito pouco. Eu acho que aí, se eu puder pedir a sensibilização de vocês, e olha que eu sou um dos autores, e aí eu peço até ao Kim também, ao Fausto, que a gente coloque o máximo, nem coloque três, igual Coxinha colocou, mas o máximo de dois porque aí vai ter o critério certinho, vai estar limitado e não quer dizer que está o máximo dois, que o vereador vai dar os dois, e aí vai na consciência de cada vereador de colocar aquele que realmente mereça a honraria, mas se puder pedir vocês a sensibilização de colocar no máximo... Se vocês optarem, tá? De colocar o máximo, a proposta de Silvânio aqui eu acho interessante.



Viu, Flávio? Se eu puder pedir o seu apoio também se for possível aí. Eu acho que aí fica justo, limita, vai parar a farra do boi de Título de Cidadão e limita aí o máximo dois por vereadores. Muito obrigado”. O Senhor Presidente: “eu vejo na imprensa aí e com certa razão, ao longo dos anos eu vejo a imprensa criticando que a Câmara é só dar homenagem... Então, eu no início, lá atrás, eu ficava meio revoltado, mas as coisas foram aumentando, aumentando o número de homenageados, que realmente noventa por cento a imprensa tem razão. O senhor pediu a palavra?”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “sim. Eu quero retificar aqui que eu pedi para tirar a emenda minha e se o... Presidente, só para o senhor entender, eu quero retificar que eu tirei a emenda, talvez o Tiago esteja agora fazendo a emenda, e eu respeito e sem problema nenhum. E quero também justificar, Senhor Presidente, quando eu coloco dois aqui não é na tentativa de aumentar o número de homenageados de forma descontrolada não. No meu mandato passado inteiro, quem acompanhou a Câmara, e o senhor está falando da imprensa que está aqui, tem consciência de quantos Títulos eu solicitei aqui nessa Casa, foram raras as vezes que eu solicitei aqui que a Casa votasse comigo um Título de Cidadão Honorário. E as vezes que o fiz foram com pessoas que merecidamente tinham as habilidades e as coisas que precisam ter no regramento para a lei. Então, eu estou só ratificando porque senão fica parecendo que eu dei um monte de Títulos no meu mandato passado, isso não é verdade, eu não fiz isso, foram pouquíssimos, eu acredito...”. O Senhor Presidente: “vereador, eu não citei nome não”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “não, mas eu não falei que foi o senhor também não, Senhor



Presidente, e eu entendo. Olha, eu estou totalmente a favor do senhor nessa fala de um aí, tudo bem, ótimo”. O vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Você tirou a emenda, Silvânio? Você apresentou emenda, Tiago?”. O vereador Tiago Almeida Tito: “não”. O vereador Wesley de Jesus Silva: “de dois? Olha, nós estamos falando de uma cidade que tem noventa e um mil habitantes, que vai homenagear se for dois, oitenta pessoas no final de quatro anos, é um número insignificante. Talvez, o ideal fosse fazer apenas duas cerimônias, que a plaquinha o valor é irrisório comparado à homenagem que se presta para as pessoas. Se nós tivéssemos apenas duas cerimônias por ano, o custo cairia demais e nós poderíamos sim homenagear mais pessoas dentro da nossa cidade. Então, o vereador Silvânio tirou a emenda de dois, eu apresento a emenda para homenagear no máximo dois com duas cerimônias apenas no decorrer do ano”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem. Eu vou votar para manter em um. Estou nesta Casa já há algum tempo, se for olhar os Títulos que eu concedi não chega a ser um por ano. E outro negócio também que a gente tem que mostrar para o nosso povo é que os Títulos dados nesta Casa, boa parte do tempo, não são porque a pessoa merece não, é número de eleitores que tem em cada casa, isso é uma verdade. Então, ou seja, vai lá, a pessoa não merece o Título, você desmerece aquele que fez por merecer e dá porque a pessoa tem vinte, trinta parentes que votam. Então, eu acho que é chegada a hora de a gente fazer as mudanças sim, nós temos que mudar ou então continua a bagunça que está. Então, eu vou votar no projeto na íntegra, um Título, e que cada um faça a sua escolha e fala a escolha por merecer, elevando o



Poder Legislativo. Obrigado”. O vereador Ederson Sebastião Pinto: “pela ordem, Presidente. Como eu participo desse projeto, eu voto só para um”. O vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, só pôr ele em votação só. É só você pôr ele em votação”. O Senhor Presidente: “eu vou colocar, eu quero adiantar que o vereador Silvânio retirou a sua emenda, eu vou colocar. Os vereadores que concordam com uma homenagem por ano permaneçam como estão. Três favoráveis, sete contra. Vereadores que votaram a favor de uma homenagem por ano: Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Ederson Sebastião Pinto, Fausto Niquini Ferreira, Flávio de Almeida, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva e Tiago Almeida Tito. Vereadores que votaram contra: Alessandro Luiz Bonifácio, José Carlos de Oliveira e Wesley de Jesus Silva. O Senhor Presidente: “então, vai permanecer um. Eu acho que é só o vereador estudar as pessoas que merecem, que trabalharam para Nova Lima, que fizeram alguma coisa por Nova Lima. Então, eu não quero criticar nenhum vereador, mas Título de Cidadania é uma coisa muito séria. Em primeira votação, o projeto foi aprovado por nove votos. Vereadores que votaram a favor: Alessandro Luiz Bonifácio, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Ederson Sebastião Pinto, Fausto Niquini Ferreira, Flávio de Almeida, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva e Tiago Almeida Tito. O vereador Wesley de Jesus Silva encontrava-se ausente do plenário. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “Senhor Presidente, solicito ao senhor que consulte o Plenário para que nós façamos hoje a segunda votação desse projeto”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, eu vou pedir vista do projeto”. O Senhor



Presidente: “concedida a vista para o vereador Alessandro Bonifácio”. 2) Projeto de Lei nº 1.624/2017, autoria do vereador Fausto Niquini Ferreira, que “Dispõe sobre o direito do cidadão de receber as notificações de multas de trânsito, aplicadas pelo Município, na forma que menciona”. Em segunda e última votação, aprovado por nove votos e encaminhado à sanção. Vereadores que votaram a favor: Alessandro Luiz Bonifácio, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Ederson Sebastião Pinto, Fausto Niquini Ferreira, Flávio de Almeida, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva e Tiago Almeida Tito. O vereador Wesley de Jesus Silva encontrava-se ausente do plenário. 3) Projeto de Lei nº 1.626/2017, autoria do vereador Tiago Almeida Tito, que “Regulamenta sobre o registro e a comunicação dos nascimentos de crianças com Síndrome de Down e de crianças com autismo nos hospitais do município e dá outras providências”. Em segunda e última votação, aprovado por nove votos e encaminhado à sanção. Vereadores que votaram a favor: Alessandro Luiz Bonifácio, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Ederson Sebastião Pinto, Fausto Niquini Ferreira, Flávio de Almeida, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva e Tiago Almeida Tito. O vereador Wesley de Jesus Silva encontrava-se ausente do plenário. 4) Projeto de Lei nº 1.628/2017, autoria do vereador Wesley de Jesus Silva, que “Renomeia logradouro municipal que menciona e dá outras providências” – Rua Saad Bedran. Em primeira e única votação, aprovado por dez votos e encaminhado à sanção. Vereadores que votaram a favor: Alessandro Luiz Bonifácio, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Ederson Sebastião Pinto, Fausto Niquini Ferreira, Flávio de Almeida, José



Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva. O vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Eu me ausentei, mas eu gostaria de mencionar que o meu voto seria favorável, eu gostaria que constasse em Ata voto favorável ao projeto do vereador Fausto Niquini, que dispõe sobre as notificações da multa. Quanto a esse projeto, eu agradeço aí aos meus pares pela votação. Realmente, é uma homenagem que se faz para uma pessoa que acrescentou muito para Nova Lima, que é o senhor Saad. E já peço de antemão também, que é uma homenagem justa, que no próximo projeto de lei é para Dona Wilma Penido de Barros que é uma pessoa que eu conheci, tive o prazer de ter um contato muito próximo. Foi Secretária de Educação de Nova Lima, foi professora durante muitos anos do Emília de Lima e tenho certeza, faleceu há pouco tempo, mas seria uma justa homenagem também para uma pessoa que tanto contribuiu para o município de Nova Lima”. 5) Projeto de Lei nº 1.629/2017, autoria do vereador Wesley de Jesus Silva, que “Renomeia logradouro municipal que menciona e dá outras providências” – Rua Wilma Penido de Barros. Em discussão, o Senhor Presidente: “eu gostaria de dizer que esta sim merece a homenagem. A Wilma, o tempo todo, ela trabalhou por Nova Lima. Eu era do fundo da cozinha da sua casa, uma grande amiga, uma grande perda. Essa realmente merece”. Em primeira e única votação, aprovado por dez votos e encaminhado à sanção. Vereadores que votaram a favor: Alessandro Luiz Bonifácio, Álvaro Alonso Perez Moraes de Azevedo, Ederson Sebastião Pinto, Fausto Niquini Ferreira, Flávio de Almeida, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida



Tito e Wesley de Jesus Silva. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente. Tiago, Tiago, Tiago, perdão. Ah, vai voltar?”. O vereador Flávio de Almeida: “ele está apertado”. 6) Projeto de Lei nº 1.630/2017, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Dá denominação à via pública que menciona, além de dar outras providências” – Rua José da Silveira. Em primeira e única votação, aprovado por nove votos e encaminhado à sanção. Vereadores que votaram a favor: Alessandro Luiz Bonifácio, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Fausto Niquini Ferreira, Flávio de Almeida, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva. O vereador Ederson Sebastião Pinto encontrava-se ausente do plenário. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, agora findada a pauta, eu só queria... O Tiago saiu, se ausentou, mas eu queria... Não sei em que pé está, mas existe um projeto de lei apresentado pelo vereador Tiago, eu vou falando aqui, eu acredito que ele vai voltar em tempo. Mas eu estou vendo aqui a... Ah, chegou. Tiago, eu estou fazendo aqui só uma... Perdão. Eu estou fazendo aqui só um questionamento daquele projeto de lei que você teria pautado aqui na Casa sobre a regularização das casas, porque eu estou vendo ali a Rose e ela tem me procurado bastante para ter notícias sobre esse projeto. Aí eu queria saber depois da Casa, enfim, informações para ela ter... Coitada, já tem um tempo que ela está ali querendo saber, ter notícias, só para a gente poder aproveitar a presença dela e informar”. O vereador Tiago Almeida Tito: “posso falar, Senhor Presidente?”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Tito”. O vereador Tiago Almeida Tito: “a Rose... Eu nem a conhecia não,



estou conhecendo agora, eu converso com ela só no whatsapp e no whatsapp dela não tem foto; ela tem me cobrado também aqui. O intuito da minha legislação era regulamentar a questão principalmente da área central, que é um problema grave. Não beneficia rico nenhum e tal, mas parece que estava tendo um entendimento aqui contrário. Eu acho que essa Casa aqui, a gente podia sentar. Essa legislação, além... Eu falei isso aqui claramente, além de gerar uma receita de mais de dez milhões para a prefeitura, que é a previsão que se tem, ela regulariza de vez a questão das moradias aqui da área central da cidade, o comércio local, todo mundo. A associação comercial espera essa lei, os moradores da Sede esperam essa lei. Então, assim, o projeto está na Casa para discussão e espero que a gente consiga chegar num consenso. Se tiver alguma dúvida em relação ao projeto e quiser tirar alguma área, pode tirar a área, não tem problema nenhum, mas não vamos prejudicar as pessoas mais simples aqui, que são as pessoas aqui da Sede, Jardim Canadá também. Então, eu tirei o projeto só porque havia uma informação aí de inconstitucionalidade que até hoje eu não entendo porque”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “o senhor me cede um aparte?”. O vereador Tiago Almeida Tito: “te cedo um aparte”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “sim. Obrigado, vereador. Vereador, eu tive a oportunidade de ler esse projeto e concordo, eu penso que se alguém aqui tem alguma coisa que não concorda dentro daquele projeto, se manifeste e coloque lá as suas emendas e que tiver que fazer, mas realmente o projeto beneficia sim a população e é um projeto interessante no sentido que ele vem também trazer recursos para o município, para o erário. Então, o senhor tem aqui o compromisso do



meu voto com esse projeto, a população de Nova Lima tem o meu compromisso de voto com esse projeto, e as pessoas que também estão mexendo comigo lá no Facebook, no whatsapp e colocando essas questões aí, e a gente fica sem ter como dar respostas para as pessoas porque de fato e de verdade o projeto está mesmo parado. Então, eu aproveito para parabenizá-lo e o vereador Álvaro também pela menção aí de trazer de novo esse projeto nem que seja para discussão aqui no Plenário, é extremamente importante. Muito obrigado pelo aparte, vereador”. O vereador Tiago Almeida Tito: “só voltando aqui. Eu não tenho vaidade nenhuma em relação a esse projeto porque esse projeto é muito bom para a cidade. Se a Casa quiser que esse projeto saia em nome da Casa, fique à vontade de ser em nome da Casa. Eu não quero ganhar mérito nenhum em relação a isso. A minha comunidade que é a Rua Nova, a grande maioria não consegue regularizar o imóvel porque carece dessa legislação. A Associação Comercial... Eu estive com a Tatiana na posse dela, quero parabenizá-la também pela posse da diretoria e novos conselheiros, falou que o comércio local aqui não consegue transferir a titularidade por que não tem regularização, não tem ‘habite-se’, as pessoas não conseguem financiamento bancário para reforma porque não tem a documentação. Então, eu não tenho vaidade nenhuma, pode ser em nome da Casa e espero contar com o apoio e já agradeço de antemão aqui o apoio do vereador Silvânio”. O Senhor Presidente: “eu quero dizer que esse projeto já esteve aqui na Câmara no mandato passado, nós devolvemos pelo seguinte fato, a coisa mais simples: que a prefeitura entende que tem que ser por zona, e nós entendemos, a Câmara do passado, que seria



por bairro. Não é justo os Cristais, Cruzeiro pagarem como o Ouro Velho Mansões, como Seis Pistas. Seis Pistas paga trezentos reais de IPTU, isso é um absurdo. Na divisa com Nova Lima, lá próximo ao Biocor, Belo Horizonte, treze mil, dez mil, onze mil. Nova Lima, trezentos, quatrocentos reais, isso é uma vergonha. Tem que colocar na cabeça de todas as autoridade de Nova Lima que o futuro de Nova Lima será os impostos, IPTU. O minério vai acabar, às vezes, nós não estaremos nem aqui, mas nós temos a obrigação, a briga é essa. Eu devolvi sim por esse motivo. Esses covardes do mandato passado foram lá para o Pastinho, uns bairros aí e falaram que eu que estava travando. Eu nada, não estava travando não porque eu sou de origem pobre, não travei nada. Eu e Guto sentamos, explicamos principalmente para o senhor Geraldo Magela, o tempo todo, vieram vários funcionários aqui, nós explicamos, vamos mudar, vamos entrar em entendimento. Não entrou. É justo a periferia pagar igual o pessoal lá, só porque eles vieram dar uns gritos aqui? Vocês são prova, eu ia colocar aquela delegada da polícia federal para fora. Infelizmente, entrou um rapazola aí, que diz que até foi candidato da coligação Vítor Penido, eu paralisei a reunião porque eles estavam bagunçando a reunião e falei: ‘o próximo que pronunciar qualquer coisa eu vou colocar para fora’. Então: ‘eu sou delegada da polícia federal’. Eu falei: ‘senhora, não pode’. Flávio estava aí, não é, Flávio? Coxinha, você, os vereadores, a maioria estava aqui. Eu pedi encarecidamente: ‘a senhora é polícia federal lá fora, aqui são os vereadores que determinam as coisas’. Então, chamei a polícia. Estou contando esse caso para vocês saberem o que acontece em Nova Lima. Vieram aqui o tempo todo forçar a Câmara a



não aumentar. Mas não foi culpa da Câmara, a prefeitura passou batido no tempo, não é isso, Flávio? Era para mandar em setembro, mandarem em novembro, não teve jeito. Eu sou favorável sim, por bairro, não por zona. Isso a gente, nós vereadores, que temos a responsabilidade, nós temos que olhar isso com carinho. Não adianta vir meia dúzia de bacana aqui, não sou contra rico não, gente, a cada um Deus dá o que merece lá, eu não sou contra rico, mas é imoral o que esse pessoal paga em Nova Lima. Nova Lima é a terra, já foi do ouro, hoje é do verde. Nós temos água, mas Belo Horizonte usa a nossa água setenta por cento, nós temos tudo aqui, nós temos terreno. Belo Horizonte tem terreno? Então, eu fico doente quando eu vejo os caras, os bacanas, não sou contra eles não, vêm morar em Nova Lima, constroem aí e hoje põem a maior banca, se a pessoa vai fazer um prédio de cinco andares, eles não querem. Se a prefeitura aprovar tem que ser feito, não é porque fulano, sicrano brigou, gritou não, nós não temos que ter receio disso, que a população, noventa por cento ou noventa e cinco, vai favorável à Câmara nisso aí. Então, eu quero frisar bem, fui eu que devolvi. E vai vir em votação, eu vou fazer essa emenda. Doutora, a senhora não me deixa esquecer não porque essa aí eu quero fazer e convidar os vereadores para assinar comigo. Então, não sou contra pessoas que vêm de fora, nunca fui, mas não venha morar na nossa cidade e querer amedrontar vereador. Ninguém põe medo em mim, vocês me conhecem. Então, é isso que eu ia dizer, nós vamos agilizar. Tem um senhor lá da avenida, ele já me procurou várias vezes aí”. O vereador Tiago Almeida Tito: “o senhor Tarcísio”. O Senhor Presidente: “senhor Tarcísio. Tarcísio é uma pessoa ótima, uma pessoa boa, me procura, falou: ‘Zé Guedes,



já estou de idade, eu quero regularizar meu imóvel lá por causa de meus filhos e tal'. 'Senhor Tarcísio'. 'É porque lá na prefeitura eles falaram que você que está travando'. Eu falei: 'o projeto eu devolvi lá por isso'. Ele concordou comigo. Então, eles são... Não nesse mandato, no mandato passado, eles são uns covardes que fizeram isso comigo, mas não tem problema não, as minhas costas são bem largas, eu não tenho medo não".

O vereador Tiago Almeida Tito: "Senhor Presidente, eu quero te agradecer. Não tem problema nenhum fazer emenda e acho que a emenda que o senhor vai fazer é inclusive uma emenda social, não tem problema nenhum. Acho que se as pessoas lá de cima podem pagar mais e se adequar isso aí é até merecedor, visto que eles pagam realmente bem menos de IPTU do que se deveria pagar. Mas o que eu gostaria e que o senhor vai estar a partir desse momento a gente voltando à discussão, é que a gente também não prejudicasse o pessoal daqui. Igual ao senhor Tarcísio, eu ia lembrar, muito bem, eu não sabia que ele já tinha procurado o senhor também, o senhor Tarcísio me procurou algumas vezes, que ele fala: 'olha, eu estou na...'. Ele até brinca: 'eu já estou passando dessa vida para outra e eu quero deixar para os meus filhos'. Então, assim, quando o senhor colocar emenda aqui, o senhor pode ter certeza que eu vou ser favorável. Eu já te agradeço porque você pode ter certeza esse projeto vai beneficiar muita gente aqui de baixo, da Sede, oitenta por cento das pessoas beneficiadas vão ser daqui da região. E eu fui perguntar à Roseane ali agora, ela mora no Retiro. Então, assim, é nossa comunidade aqui, é o povo nosso aqui mesmo que está reivindicando isso, e é o povo mais simples, e não é de graça, eles vão pagar por essa regularização também. Agora, eu acho justo



também o senhor fazer essa emenda aí, se for o caso, fazer uma alíquota talvez por região, não sei como vai ser”. O Senhor Presidente: “vereador Tito, ninguém está falando aqui em valores ainda, que não seja treze mil, dez mil, mas que a prefeitura faça um estudo e vai gradativamente aumentando porque como a prefeitura vai sobreviver com quatrocentos reais. E eles são exigentes, entendeu? Então, nós que gostamos de Nova Lima, nós que lutamos por Nova Lima, esse projeto é um dos melhores para Nova Lima, desde que as pessoas compreendam, não venham fazer bagunça aqui na Câmara. Obrigado”. O vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, continuando a minha fala, eu sou igual ao Senhor nessa questão, eu não fico acima do muro, o Senhor está certinho, minério só dá uma safra, o caminho é realmente o IPTU de forma regular. Eu não estou falando para ninguém pagar treze mil, mas realmente da forma que está, está incorreto. Nisso aí o Senhor tem toda razão. Mas isso aí nós vamos ter um outro fórum de discussão disso aqui também”. O vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Você me dá um aparte, senhor vereador?”. O vereador Tiago Almeida Tito: “concedido o aparte”. O vereador Wesley de Jesus Silva: “eu só queria ressaltar a necessidade desse projeto, que ele influencia de uma forma ainda mais profunda do que as pessoas podem imaginar. Por exemplo, hoje se você for fazer um inventário em Nova Lima, você não consegue fazer partilha de bens porque você não consegue regularizar o imóvel. Se você for fazer um divórcio, o divórcio trava no meio do caminho porque a juíza não vai homologar o divórcio porque não tem como fazer partilha dos bens. Então, realmente, o projeto que Vossa Excelência apresentou aqui é de extrema importância



para esta Casa, para a população de Nova Lima. Eu queria ressaltar aqui que foi citado que o pessoal do Villa da Serra... Eu sou do Galo, um dos bairros mais simples de Nova Lima, nascido e criado em família simples e humilde, mas também não posso levantar bandeira contra fazer uma distribuição de classe social aqui. O pessoal do Vila da Serra, eles pagam um valor que o município de Nova Lima estabeleceu mediante lei de IPTU, eles não escolheram pagar o valor que eles pagam, quem determinou foi a prefeitura e a Câmara. Então, só colocando uma correção aqui, que a gente às vezes fala: ‘ah, que eles querem pagar pouco, que eles pagam pouco’. Pagam pouco porque o município de Nova Lima estabeleceu que eles tinham que pagar o valor que eles estão pagando. E que tem que aumentar o IPTU, acho que é de ciência de todo mundo do Vila da Serra que tem que fazer uma readequação, mas não os projetos que são apresentado de aumentar seiscentos por cento para um lado, quinze por cento para o outro, vinte por cento para o outro. Então, só a título de me posicionar quanto a essa parte. E segundo, que foi pedido pela Casa, eu não sei qual das assessorias, que como líder de governo, eu pedisse a lista dos nomes das ruas que ainda não estão nominadas, como eu já havia pedido aqui no requerimento que foi aprovado. Eu só quero informar, Presidente, que esta lista chegou, está no meu gabinete, eu vou pedir para encaminhar para a Casa, na qual nós já podemos nominar as duzentas ruas aí. E Vossa Excelência, como já foi aprovado o requerimento, fizesse a comissão para que pudesse avaliar a nomeação dessas ruas, tendo em vista a dificuldade dos Correios em fazer entrega de determinados tipos de mercadorias”. O Senhor Presidente: “eu quero só...”. O vereador Tiago Almeida Tito: “a



fala está comigo, Senhor Presidente. Eu dei um aparte a ele. Só para falar da...”. O Senhor Presidente: “você me dá um aparte para eu falar duas palavras?”. O vereador Tiago Almeida Tito: “claro”. O Senhor Presidente: “o negócio é o seguinte, o negócio do IPTU, a prefeitura errou a data, seria em setembro, ela mandou acho que em novembro. E outra vez falaram que fui eu quem deu prejuízo para a prefeitura, vinte e cinco milhões. Eu quero frisar bem que vários deles vieram aqui para não ter aumento, os vereadores do mandato passado sabem disso. Tentando bagunçar a reunião, o tempo todo. Eles querem morar bem, mas não querem pagar. Isso aí eu sou contra. Então, o pessoal do Pastinho, foram lá, falaram que eu estava travando. Eu não estava travando nada, eu estou lutando por eles lá, do Cruzeiro. ‘Oh, Zé Guedes, na casa da minha mãe tem três, uma, duas, são três moradias’. Para mim está irregular, noventa por cento de Nova Lima, todos nós sabemos que está irregular. Tem que regularizar sim, mas tem que olhar no todo, a gente tem que resguardar a cidade. Obrigado”. O vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, é só para reiterar essa fala do Senhor também. E outra, os projetos que vieram aqui não foram de aumento de IPTU, foi readequação da planta de valores do município e, mesmo assim, eles foram contrários. E mesmo se voltar sendo readequação da planta de valores, eles vão ser contrários, a gente sabe, é natural isso aí. Está taxando um pouco mais, está readequando, ‘ah, vai sentir no bolso’, mas é a realidade, gente. Se a classe aqui de baixo, a Sede fica só espremida, tem IPTU aqui de baixo com o mesmo valor que o IPTU lá de cima, e o valor lá do imóvel é dez, vinte, trinta vezes maior. Isso está errado”. O Senhor Presidente: “mil vezes”. O



vereador Tiago Almeida Tito: “isso aí está errado e a gente sabe que está errado”. O Senhor Presidente: “apartamento de cinco milhões”. O vereador Tiago Almeida Tito: “exatamente. Se a gente não entrar nessa discussão de forma aberta, clara, que isso é o caminho de uma independência financeira do município, que isso é justiça social. O IPTU promove justiça social, não está certo o valor que está lá. Não estou falando para pagar treze mil não, gente, mas tem gente lá que paga oitocentos reais, quinhentos reais. Está errado, aí está errado sim. Aí na hora de vender, eu vendo um imóvel aqui a cem mil, eles vendem lá a dez milhões. Uai, aí não está certo”. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “um aparte, vereador?”. O vereador Tiago Almeida Tito: “então, é deixar muito claro que foi uma readequação de valores da planta, não foi nem aumento, não se taxava o pessoal aqui da Sede da forma que foi colocado, seiscentos por cento, não teve nada disso. Eu acho que a gente vai ter que ter uma discussão esse ano disso aqui, muito séria em cima disso, sem populismo também como eu sempre falo, porque é urgente essa readequação da planta de valores do município. Dou um aparte ao vereador Álvaro”. O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “entrando nessa questão do IPTU, a gente não estava aqui ainda, ano passado, enquanto vereadores, mas como cidadão eu acompanhei essa discussão. E o que não me parece correto é aumentar de forma significativa o valor do IPTU, mas tem que ser de forma gradativa. Então, no meu entendimento, quando eles se colocaram aqui contrários, e com razão, é pelo aumento abusivo que estava se propondo. Agora, se fizer algo gradativo, ou seja, deixando todos os moradores de lá cientes de que: ‘olha, esse ano é



tanto que vai aumentar, ano que vem vai aumentar mais tanto', ou seja, de forma conversada, como a gente está sempre falando aqui, de forma transparente também, eu não vejo problema. E aí, de certa forma, eles não vão ter nem condição de reclamar dessa forma, mas que a gente faça... Se reclamarem, aí perdem a razão, gente. Agora, que a gente faça de forma gradativa, não estou falando só o pessoal do Villa da Serra, de toda a população de Nova Lima". O vereador Wesley de Jesus Silva: "pela ordem, Presidente. Vereador Tiago Tito, quando eu falo que foi seiscentos, eu participei, li o projeto que foi reapresentado no ano passado e tem pontos que foram de seiscentos por cento de aumento de IPTU e falar que foi feita mudança na planta sem estudo nenhum é balela, conversa fiada do antigo governo, que no intuito de tentar suprir uma má gestão, apresentou aí, às pressas, um projeto de lei no intuito de aumentar a arrecadação, foi isso que aconteceu. Tem que tratar a população de Nova Lima com respeito, dos mais simples aos mais ricos. Então, esse aumento de seiscentos reais, como bem pontuou o vereador Álvaro Azevedo, que o município tenha que agir com responsabilidade...". O Senhor Presidente: "seiscentos reais não, seiscentos por cento". O vereador Wesley de Jesus Silva: "hãhã?". O Senhor Presidente: "o senhor falou seiscentos reais, é seiscentos por cento". O vereador Wesley de Jesus Silva: "seiscentos por cento, é. Que o município já comece a atuar. Eu tenho visto hoje a conversa do secretário de planejamento com a procuradora no intuito de já iniciar esse trabalho de rever essa planta de valores do início, para quando chegar em novembro ou quando chegar em setembro, quando for apresentado, a gente tenha, inclusive, argumentos para usar com a



população dentro de um diálogo que esta Casa tem que fazer”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “só um segundo. Eu disse aqui, o Álvaro repetiu minha palavra aqui: gradativamente. A Câmara não iria... Nós só citamos treze, onze mil por cento, na divisa de Nova Lima, mas nunca que a Câmara ia colocar dez mil, treze mil, nunca. A Câmara queria gradativamente, mas como não entrou em entendimento, igual ao problema da zona com os bairros, eu devolvi. Então, nós vamos... É um projeto bom para o município e não é porque os caras lá são ricos que nós vamos esfolá-los não, mas gradativamente tem que ser. Não é justo isso”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, se eu não me engano, o projeto que está na Casa é o mesmo projeto. Talvez eu não tenha... Às vezes, eu passei batido em alguma leitura, até perguntei para o Tiago para confirmar isso, mas é o mesmo projeto”. O vereador Tiago Almeida Tido: “eu também... Você desculpa, Flávio. Eu também fiquei nessa porque foi o governo atual que mandou esse projeto de novo, então, assim...”. O vereador Flávio de Almeida: “aí, Senhor Presidente, só para eu colocar minha fala, é o seguinte, IPTU é muito simples, é de acordo com a renda familiar, não se cobra IPTU em lugar nenhum que a gente passa, de quem não tem o arroz em casa para comer, o feijão para comer, não consegue pagar uma energia elétrica. Aí você manda um IPTU para uma comunidade dessa igual à comunidade que pode pagar. Não tem aqui ninguém dizendo que tem que pagar mais ou menos não, é só uma forma de a gente sair de alguns séculos passados aí, onde se explorava o pobre, e a gente passar para uma parcela dizendo o que? Se você não consegue comer, não consegue pagar uma



energia elétrica, porque pagar um IPTU tão caro? Você pega a Região Noroeste lá, cheia de empresa e indústria, mas quando vem o IPTU para esta Casa, esquecem que boa parte mora na região, o IPTU vem do mesmo jeitinho que é para o empresário, que é para quem tem uma indústria. Gera emprego? Gera, mas não pode ser assim mais, não podemos cobrar IPTU do Bairro Cruzeiro da mesma forma que você cobra da Seis Pistas ou de um condomínio ou de quem pode pagar. A gente tem que ter uma forma de governar diferente. Não se diz pobre, não se diz rico, mas se diz de quem tem condição, é isso. É lógico que amanhã, se essa pessoa tiver condição, ela vai poder pagar o IPTU, mas enquanto ela não tem, não tem como você cobrar dela. É justiça social, é a diferença de governar. Não quer dizer do governo passado, retrasado, do novo governo não. O projeto está aí, ele é o mesmo, a forma é a mesma, nós temos é que mudar isso. Nós temos que acreditar que os dez são capazes de fazer mudança, mudança essa que leva benefícios para a população mais carente. Os poderes existem para isso. É a divisão. Você pega a balança, você vai favorecer o menos favorecido, é assim em todo lugar, diga de passagem, menos no Brasil. Tudo o que se faz nesse país, da Câmara Alta, à Câmara Baixa, aos municípios, é prejuízo para o povo, os discursos são discursos eleitoreiros. Nós temos que parar com isso, deixa para o último ano para fazer campanha. Mas o projeto de IPTU tem que ser de acordo com cada região, com cada sentimento, com cada maneira dessas pessoas, não pode cobrar de um pedreiro o que se cobra do Dr. Fausto; não pode. Brincadeira, Fausto. É só um exemplo, viu? Mas é verdade, gente, não pode cobrar de um servente de pedreiro o que cobra do vereador.



Não, tem que ser diferente sim, e nós temos que nos adequar à realidade. Aquelas pessoas que nasceram com poder aquisitivo melhor, é assim mesmo, Deus faz as coisas é assim: te dá um pouco mais para você poder beneficiar quem tem menos. O Dr. Fausto atende muita gente gratuitamente, não é, Dr.? Fazer o que? É isso. Obrigado, Presidente”. O vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, é só para complementar a fala do vereador Flávio. E pouca gente sabe, eu acompanho e o senhor também, a maioria dos nossos eleitores, graças a Deus, é o povo mais simples, esse ano já teve a revisão do IPTU Social, as pessoas que estavam isentas, várias delas, Flávio, receberam em casa a cobrança esse ano e sem saber por quê. Por quê? Não está dando conta, a prefeitura não está suportando mais, não está arrecadando o mesmo tanto. Então, em decorrência da desvalorização, da cobrança equivocada de outros lugares, o povo mais simples está tendo que pagar IPTU. Isso está errado, gente, isso está errado. E eu falei aqui, o Silvânio me complementou bem aqui, a questão que eu falei, que o IPTU é o imposto mais democrático para a cidade, ele fica todo dentro da cidade, todo, cem por cento ele é do município. O resto dos impostos tem que dividir com a União, com o Estado; esse imposto não. É com esse imposto que o prefeito consegue fazer obra sem o recurso ser vinculado. Então, a gente precisa levar isso de forma séria, correta e o quanto antes, espero que o Executivo comece debater isso o quanto antes para a gente promover justiça social e não está sendo promovida. Não é justo a população daqui ser pareado o valor do IPTU com a população de condomínios. Aí eu não estou falando de seja de lado A, lado B, condomínios. Eles sabem também, eles têm consciência disso. A



gente preservou esse povo aqui dessa cidade, preservou demais esse território para essas pessoas virem aqui morar. E nós estamos recebendo-os de portas abertas, mas tem que pagar o justo. E não vejo problema nenhum em relação a pagar o justo, se o meu também estiver incorreto, que eu pague o justo também. Mas não pode fazer uma hipocrisia aqui, falar: ‘foi má gestão disso, daquilo’ e não tratar o problema. E o problema está aí posto, a cidade enforcada financeiramente e a gente sabe que isso é uma fonte de arrecadação que é justa, correta e tem que ser feita. Está bom? Obrigado, Senhor Presidente”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “Senhor Presidente, eu penso o seguinte, o governo tem que dar previsibilidade aos cidadãos das suas ações. Eu já votei contra aumento de IPTU aqui, já votei e votaria novamente tranquilamente, se a cidade não estiver com uma boa gestão, votarei tranquilamente. Mas como a gente acredita no nosso atual prefeito. Eu acho que o que o cidadão quer na realidade é ver boas ações. Se você paga lá um IPTU alto, você não quer uma cidade, a sua rua lá na sua região bem estruturada? Não quer? Então, é qualquer um. Então, eu acho que o que o pessoal às vezes reclama: ‘ah, estou pagando, vou pagar muito’. Faça lá boas ações. Eu tenho certeza, está falando de Vila da Serra, faça lá, melhore aquela região, vamos agora ativar essa ferrovia que está lá. Há quantos anos esta ferrovia está inativada? Então, vamos fazer boas ações naquelas regiões lá, naquela região lá para cima, com certeza, o pessoal vai pagar numa boa. Os condomínios, não é? Não estou aqui defendendo condomínio, seja qualquer um. Então, eu acho o seguinte, mostre, mostre à população, faça para a população, dê uma qualidade de vida melhor para todos, uma



saúde melhor, uma segurança melhor para todos, porque aí vai ser generalizado, todos vão concordar se tiver que aumentar a taxa de IPTU. O que todo mundo fala aí para a gente é: ‘eu pago IPTU, mas está faltando isso lá no posto de saúde. Pago IPTU, mas estou demorando a ser atendido no hospital’. É isso ou não é? ‘Pago IPTU, mas está tendo assalto todo dia na nossa cidade’. Não é isso? Então, o que nós esperamos e tenho certeza de que o Vítor, como excelente gestor, vai fazer muito pela nossa cidade e aí nós veremos bons resultados, viu, Senhor Presidente? Então, eu acho que essa é uma discussão muito boa e que, é claro, ninguém quer tirar dinheiro do bolso, não é, Soldado Flávio? Não é, Soldado Flávio? Ninguém quer tirar dinheiro do bolso, não é?”. O vereador Flávio de Almeida: “é verdade. Nem soldado, nem médico, ninguém”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “é, exatamente, então... Um abraço, muito obrigado”. O Senhor Presidente: “terceira parte, discussão e votação de indicações, moções e requerimentos. Avisar aos vereadores que terá uma reunião com o prefeito e têm bastantes requerimentos. Se vocês quiserem entrar em acordo aí para os requerimentos ficarem para a próxima semana. Flávio, estou fazendo uma sugestão aí, que vai ter uma reunião com o prefeito importante”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “Senhor Presidente, o líder do governo agendou a reunião lá com os vereadores para onze e trinta”. O Senhor Presidente: “onze...?”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “onze e trinta. Então, eu solicito ao Senhor que se pudesse deixar esses requerimentos para a próxima reunião”. O Senhor Presidente: “eu vou colocar em votação a solicitação do vereador Dr. Fausto Niquini. Os vereadores que concordam permaneçam como estão.



Aprovado, dez votos”. O vereador Ederson Sebastião Pinto: “Presidente, pela ordem. Eu queria agradecer ao Executivo Vítor Penido de Barros pelo meu requerimento que já foi concluído, limpar os trevos de Honório Bicalho e Bela Fama, eu queria agradecer ao Executivo”. O Senhor Presidente: “quarta parte, apresentação de oradores inscritos, inexistente. Encerramento, agradecemos a presença de todos e sob a proteção de Deus, declaro encerrados os trabalhos. Bom dia”.

---